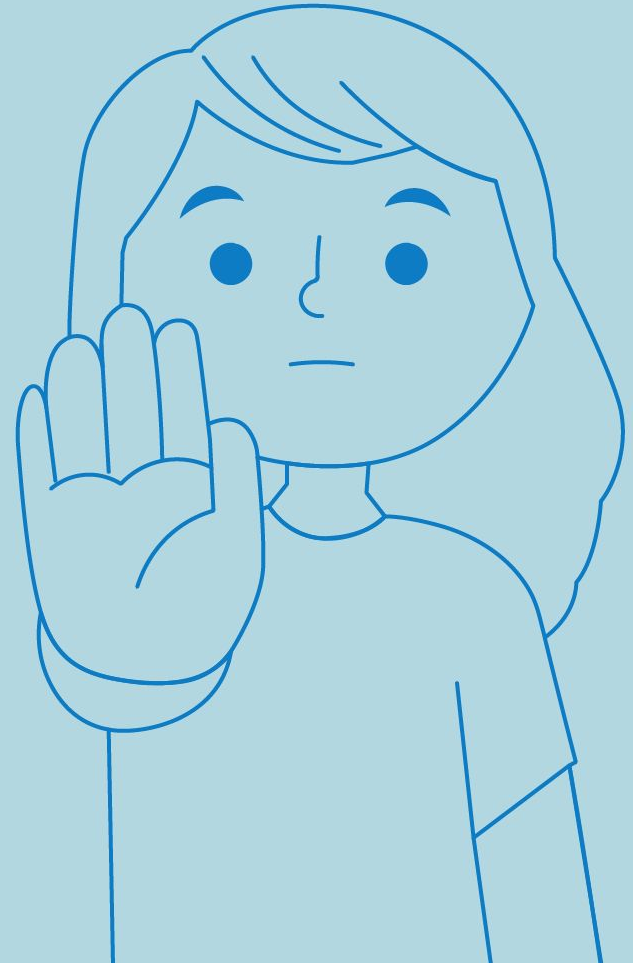


# FLUXO PARA O FOMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS COMITÊS DE GESTÃO COLEGIADA

(Lei n.º 13.431/2017 e Decreto n.º 9.603/2018)

CAO  
Infância e  
Juventude

MP  PE  
Ministério Público de Pernambuco



## INTRODUÇÃO

A lei 13.431/2017 e o Decreto Federal n.º 9.603/2018 trouxeram o desafio de implantar espaços de diálogo e construção participativa de ações interinstitucionais integradas, visando a qualificação do Sistema de Garantia de Direitos para a proteção integral de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

Em 2023, o Conanda aprovou a Resolução 235 que torna os Comitês de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência obrigatórios, reforçando que estes devem ser criados no âmbito dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do adolescente (CMDCA's), tendo como finalidade “articular, mobilizar, planejar, acompanhar e avaliar as ações da rede intersetorial de cuidado e proteção a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.” (Art. 2º da Resolução do Conanda n.º 235/2024).

Desta forma, com o intuito de auxiliar as Promotorias de Justiça no fomento ao cumprimento das disposições legais de proteção a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, especialmente em face da recente Resolução n.º 287 do CNMP, a equipe do CAO INFÂNCIA E JUVENTUDE elaborou uma sugestão de fluxo de atuação visando a implementação dos Comitês Municipais de Gestão Colegiada. Entendemos que tais comitês são instâncias centrais na mobilização das redes locais para o atendimento preconizado na legislação.

## RESOLUÇÃO 287/2024 - CNMP

“Art. 3º Os membros do Ministério Público, atuando conjuntamente, no âmbito de suas atribuições, e em observância ao art. 3º do Decreto n.º 9.603, de 10 de dezembro de 2018, e ao art. 5º da Lei n.º 14.344/2022, deverão:

(...)

III – fiscalizar:

(...)

e) no âmbito dos conselhos de direitos: se estão sendo instituídos e efetivamente operando os comitês municipais colegiados da rede de cuidado e de proteção social das crianças e dos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência definidos no art. 9º, I, do Decreto 9.603/2018 e na Resolução n.º 235, de 12 de maio de 2023, do CONANDA, acompanhando as suas atividades”.

## NORMATIVAS

NORMAS	EMENTAS
<b>Lei Federal n.º 8.069/1990</b>	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências
<b>Decreto Federal n.º 99.710/1990</b>	Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança
<b>Lei Federal n.º 12.845/2013</b>	Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.
<b>Lei Federal n.º 13.431/2017</b>	Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, vítima ou testemunha de violência e altera a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990
<b>Decreto Federal n.º 9.603/2018</b>	Regulamenta a Lei n.º 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência
<b>Lei Federal n.º 13.869/2019</b>	Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei n.º 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei n.º 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei n.º 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

## NORMATIVAS

NORMAS	EMENTAS
<b>Lei Federal n.º 14.245/2021</b> <b>(Lei Mariana Ferrer)</b>	Altera os Decretos-Leis n.ºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e a Lei n.º 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), para coibir a prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas e para estabelecer causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo (Lei Mariana Ferrer).
<b>Lei Federal n.º 14.344/2022</b> <b>(Henry Borel)</b>	Cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente
<b>Lei Federal n.º 14.811/2024</b>	Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, prevê a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e altera o Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis n.ºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
<b>Resolução n.º 287/2024 - CNMP</b>	Dispõe sobre a atuação integrada do Ministério Público para a efetiva defesa e proteção das crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, conforme Lei n.º 13.431, de 4 de abril de 2027, e Lei n.º 14.344, de 24 de maio de 2022
<b>Resolução do Conanda n.º 235/2023</b>	Estabelece aos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente a obrigação de implantação de Comitês de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social das Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência nas suas localidades.

## INDICADORES PARA AS CONDIÇÕES MÍNIMAS DE CUIDADO QUALIFICADO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS OU TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIAS

SETORES	INDICADORES
<b>Conselho Tutelar</b>	O órgão possui condições adequadas de funcionamento, contando com estrutura física e apoio administrativo e/ou técnico, além de condições para implantação e funcionamento adequado do SIPIA CT?
<b>Educação</b>	O sistema de educação possui fluxo pré-definido, preferencialmente com equipe técnica de apoio, para atuar nos casos de identificação ou acolhimento de revelação espontânea de violência contra crianças e adolescentes? Houve formação/capacitação recente para os profissionais da educação, conforme previsão do art.70-B, do ECA?
<b>Saúde</b>	O município conta com unidade de referência em saúde para realização do atendimento emergencial de saúde às vítimas de violência física ou sexual, independente do gênero da vítima? Houve formação/capacitação recente para os profissionais da saúde, conforme previsão do art.70-B, do ECA?
<b>Assistência Social</b>	O SUAS no município conta com os serviços especializados para atenção às vítimas e/ou testemunhas de violência como o PAEFI, Serviço de Acolhimento em família acolhedora e/ou institucional? Os profissionais da Proteção Básica contam com formação para identificação de sinais ou acolhimento para revelação espontânea de violência contra crianças e adolescentes? Possui fluxo pré-estabelecido para providências pós-identificação ou revelação espontânea?
<b>Sistema de segurança</b>	A unidade policial possui profissionais capacitados para acolhimento adequado de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, garantindo as providências necessárias como ação para cessar a violência e solicitação de medida protetiva de urgência?
<b>Sistema de Justiça</b>	Possui fluxo pré-estabelecido para deferimento de MPU? Possui fluxo para realização do depoimento especial, quando necessário?

Consulte os contatos dos CMDCAs

1

Instaurar Procedimento  
Administrativo de acompanhamento  
de Políticas Públicas

Clique aqui e  
acesse modelo  
de PA

2

**Diligências iniciais**

(Expedir Ofício ao CMDCA para obter  
informações acerca das - providências para a  
implementação da Lei 13.431/17 e do  
Decreto 9.603/18)

Vide modelo  
de Ofício

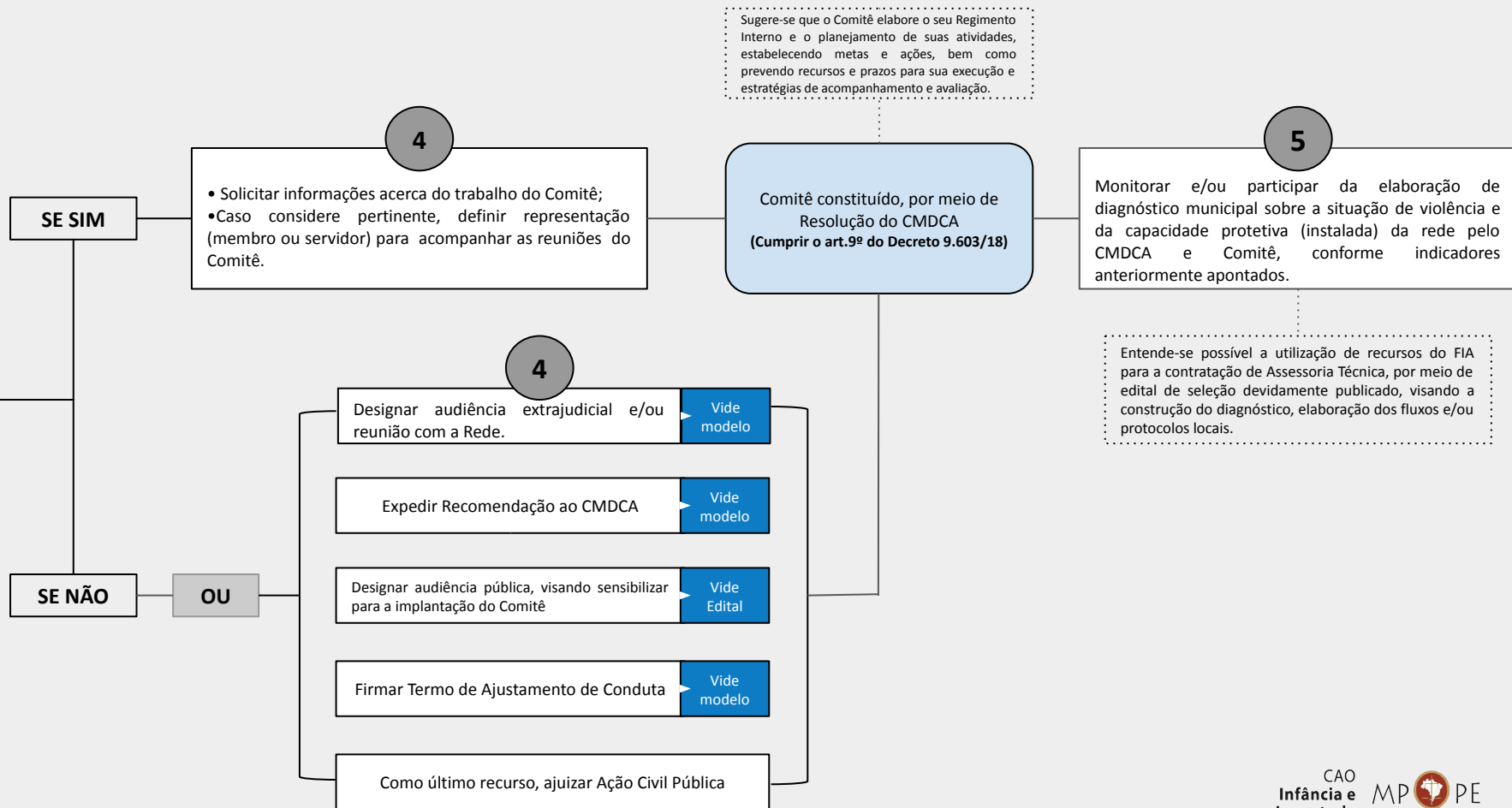
3

Analisar as informações apresentadas  
pelo CMDCA e definir providências  
futuras, com foco na consecução das  
etapas previstas na lei.

O Comitê  
está  
instituído?

SIM

NÃO





6

Monitorar e/ou participar dos debates sobre as lacunas a serem enfrentadas e potencialidades a serem fortalecidas no município, com prioridades para a Saúde, Assistência Social, Educação, Sistema de Segurança Pública e Sistema de Justiça, com a elaboração conjunta de fluxos e protocolos.

Estes momentos podem ser realizados por segmento da política ou de forma coletiva, com vários segmentos presentes.

7

Avaliar a Continuidade/Arquivamento do procedimento - uma vez alcançado a constituição do comitê, elaboração do diagnóstico, fluxos e protocolos locais.

OU

8

Promover o arquivamento do procedimento diante do alcance do seu objeto.

Vide modelo

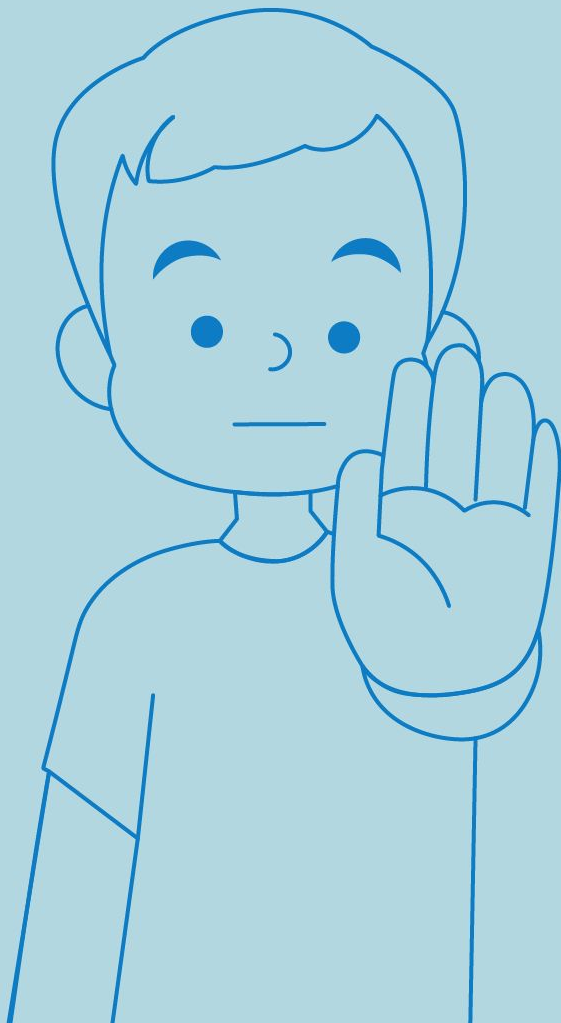
8

Instaurar novo Procedimento Administrativo para acompanhamento do funcionamento do comitê e cumprimento de suas finalidades.

Vide modelo

## OBSERVAÇÕES FINAIS

- O comitê é uma instância contínua e, junto com o CMDCA e demais componentes do SGD, deve planejar e executar ações diversas para a qualificação da rede, a partir do diagnóstico municipal.
- Os Comitês podem acionar as secretarias estaduais das principais políticas setoriais pertinentes ao tema (Saúde, Educação, Assistência Social, Segurança Pública) e órgãos do Sistema de Justiça para colaborarem com os processos formativos a serem desenvolvidos no âmbito do município.
- Verificar a necessidade de instauração de Procedimentos Administrativos específicos para buscar solucionar a deficiência de determinados serviços ou órgãos do Sistema de Garantia de Direitos constatado no diagnóstico, ou acionamento da Promotoria de Justiça com atribuição específica.



## CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

### Coordenação

Aline Arroxelas Galvão de Lima - Promotora de Justiça

### Equipe Técnica

Daniela Donato - Analista Ministerial/Pedagogia

Ewerton Pimentel - Analista Ministerial/Área jurídica

Maria Luiza Duarte Araújo - Analista Ministerial/Serviço Social

Marina Rodrigues - Assessora Jurídica